

# Arrepar Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores da  
Arrepar Participações S.A.  
São Paulo – São Paulo**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Arrepar Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arrepar Participações S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Priscila Moscardini Soares Diniz  
Contador CRC 1SP289386/O-0

## Arrepar Participações S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.251	1.325	Fornecedores		-	350
Dividendos a receber	14	380	343	Salários, encargos e contribuições sociais		15	14
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	217	-	Impostos e contribuições a recolher	11	24	12.559
Outros créditos	9	57.321	42.748	Outras contas a pagar		512	123
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>61.169</b>	<b>44.416</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>551</b>	<b>13.046</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Impostos a recuperar	8	800	799	Provisão para contingências	12	204.586	204.135
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.290	1.473	Operações de mútuo	14	26.394	26.394
Depósitos judiciais	12	13.891	14.154	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>230.980</b>	<b>230.529</b>
Operações de mútuo	14	292.695	297.695	<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	10	26.576	25.405	Capital social		548.855	548.855
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>335.252</b>	<b>339.526</b>	Reserva legal		4.715	4.715
				Transação com acionistas		40.100	-
				Prejuízos acumulados		(428.780)	(413.203)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	15	<b>164.890</b>	<b>140.367</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>231.531</b>	<b>243.575</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>396.421</b>	<b>383.942</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>396.421</b>	<b>383.942</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Arrepar Participações S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas	16	(1.582)	(9.736)
Outras receitas	17	-	3.193
Outras despesas	18	<u>(11.725)</u>	<u>(4.914)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<u>(13.307)</u>	<u>(11.457)</u>
Receitas financeiras	19	890	5.854
Despesas financeiras	19	<u>(4.710)</u>	<u>(4.752)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	19	<u>(3.820)</u>	<u>1.102</u>
Resultado da equivalência patrimonial	10	<u>1.551</u>	<u>1.439</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(15.576)</b></u>	<u><b>(8.916)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Arrepar Participações S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	<u>(15.576)</u>	<u>(8.916)</u>
Resultado abrangente total	<u><b>(15.576)</b></u>	<u><b>(8.916)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Arrepar Participações S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Transação com Acionista		
<b>Em 2023</b>		<b>548.855</b>	<b>4.715</b>	-	<b>(404.287)</b>	<b>149.283</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.916)	(8.916)
<b>Em 2024</b>		<b>548.855</b>	<b>4.715</b>	-	<b>(413.203)</b>	<b>140.367</b>
Reembolso de despesas	15 (iii)	-	-	40.100	-	40.100
Prejuízo do exercício		-	-	-	(15.576)	(15.576)
<b>Em 2025</b>		<b>548.855</b>	<b>4.715</b>	<b>40.100</b>	<b>(428.780)</b>	<b>164.890</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Arrepar Participações S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(15.576)</b>	<b>(8.916)</b>
Ajustado por:			
Resultado da equivalência patrimonial	10	(1.551)	(1.439)
Provisão para contingências	12	724	2.196
Provisão passiva		-	3.193
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Impostos e contribuições a recuperar	8	(35)	(255)
Outros créditos	9	25.527	43.608
Depósitos judiciais	12	(10)	3.193
Fornecedores		(350)	(15)
Obrigações sociais e trabalhistas		1	1
Impostos e contribuições a recolher	11	(12.535)	(47.460)
Outras contas a pagar		388	344
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(3.417)</b>	<b>(5.550)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos		343	-
Empréstimos com partes relacionadas	14	5.000	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento</b>		<b>5.343</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos com partes relacionadas		-	1.800
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>-</b>	<b>1.800</b>
<b>Aumento / (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.926</b>	<b>(3.750)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril		1.325	5.075
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março</b>		<b>3.251</b>	<b>1.325</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Arrepar Participações S.A. (“Companhia”) tem sede na capital do estado de São Paulo, é uma controlada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Controladora” ou “Cooperativa”). A Companhia possui como principais atividades o arrendamento de bens, prestação de serviços e participação em outras entidades.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõem que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento. Em 31 de março de 2025, o prejuízo do exercício foi de R\$ 15.576 (prejuízo de R\$ 8.916 em 31 de março de 2024).

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a entidade possui para o Grupo, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador (Cooperativa). Desta forma, pode-se executar seus planos de negócio, assim como, a administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

### 2 Entidades da Companhia

Entidade coligada	Cidade /Estado - País	Principais atividades	Participação acionária	
			2025	2024
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Administração, por conta própria ou de terceiros, de bens e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar arrendamento, receber e dar parceria, locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras entidades.	30,5787%	30,5787%

### 3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, são evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota 5. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 4.2.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de maio de 2025.

### 3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para ambos os exercícios social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 46 (item 93.g.).

Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

## 4 Informações de políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas aplicando as políticas contábeis materiais de maneira consistente.

### 4.1 Mudanças nas políticas contábeis materiais

As revisões de normas emitidas, até a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentadas a seguir. A Companhia avaliou essas alterações e não identificou impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

- I. Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas de *covenants*.
- II. Alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos: passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*)
- III. Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Divulgação sobre acordos de financiamentos de fornecedores.

#### **4.2 Políticas contábeis materiais**

A Companhia têm aplicado as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando mencionado de outra forma.

##### **4.2.1 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas com juros sobre cessão de direito de crédito. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre impostos parcelados e atualização monetária sobre contingências tributárias.

##### **4.2.2 Investimentos em coligadas**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade.

##### **4.2.3 Instrumentos financeiros**

###### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

###### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou a VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**4.2.4 Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

**4.2.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo e o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira

confiável.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual pertence o ativo.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC, ou grupo de UGCs, a qual o ativo corporativo pertence em uma base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, então, se ainda houve perda remanescente para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

#### **4.2.6 Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.2.7 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **4.2.8 Operações de mútuo com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações sobre mútuo entre empresas do grupo.

#### **4.2.9 Outros créditos**

Valores a receber por cessão de direitos de créditos que a Controladora Cooperativa detém com seus cooperados para cobrança de reembolso de despesas.

#### **5 Estimativas contábeis e julgamentos relevantes**

Conforme divulgado na nota 3, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e é apresentado a seguir:

- (i) Provisão para contingências (nota 12)

#### **6 Novas pronunciações já emitidos, mas ainda não adotados pela Companhia**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (1º de abril de 2025 no caso da Companhia). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **6.1 IFRS 18 – Presentation and Disclosure in the Financial Statements em substituição IAS 1 – Presentation of Financial Statements correspondente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis**

IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 no caso da Companhia). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- i. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- ii. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- iii. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perda, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. A Cooperativa e suas controladas também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

#### **6.2 Outras normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- i. Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- ii. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Banco - conta movimento	2.402	70
Aplicações financeiras	849	1.255
<b>Total</b>	<b>3.251</b>	<b>1.325</b>

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados substancialmente a 100% da variação do CDI-CETIP (Certificado de Depósito Interbancário), possuindo liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento (100% da variação do CDI-CETIP em 31 de março de 2024).

**8 Impostos e contribuições a recuperar**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
ICMS	5.730	5.731
IPI	2.594	2.593
COFINS	301	301
Provisão para perdas - ICMS/IPI	(7.825)	(7.826)
<b>Total impostos a recuperar</b>	<b>800</b>	<b>799</b>
<b>Não circulante</b>	<b>800</b>	<b>799</b>
Imposto de renda	3.115	3.075
Contribuição social	351	357
Provisão para perdas - IRPJ	(1.959)	(1.959)
<b>Total imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>	<b>1.507</b>	<b>1.473</b>
<b>Circulante</b>	<b>217</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.290</b>	<b>1.473</b>

A Companhia realiza anualmente a avaliação dos impostos a recuperar e constitui provisão para perdas conforme expectativa de recuperabilidade. Em 31 de março de 2025 e 2024 a Companhia entende que a provisão constituída é suficiente.

**9 Outros créditos**

		<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contas a receber por cessão de créditos	(i)	5.121	33.332
Recebíveis com partes relacionadas	(ii)	40.100	-
Reembolso de despesa com partes relacionadas (nota 14)	(iii)	3.734	-
Seguros diversos	(iv)	8.036	9.116
Outros crédito		330	300
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>57.321</b>	<b>42.748</b>

- (i) Referem-se à cessão de direitos de crédito que a parte relacionada Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo detinha contra seus cooperados, em contrapartida da integralização de capital na Companhia ocorrida em 2012, para fazer face ao pagamento dos compromissos assumidos pela Companhia com o programa instituído pela

Lei nº 11.941/09. Tais valores a receber estão garantidos por notas promissórias e cartas de fiança bancária. O saldo compreende o valor principal corrigido pela taxa Selic.

- (ii) Referem-se a recebíveis de despesas com processos judiciais incorridos pela Companhia nos últimos anos aos quais foram repassadas e reembolsadas via Controladora direta conforme nota explicativa 15 iii.
- (iii) Referem-se a gastos e despesas incorridos ao longo do exercício aos quais possuem acordo contratual para reembolso com sua Controladora Cooperativa.
- (iv) Referem-se às Apólices de seguros contratadas para que a Companhia pudesse oferecer como garantia no processo judicial enquanto discute a exigibilidade do débito tributário sem que tenha outros bens comprometidos. Os seguros são apropriados mensalmente ao resultado da Companhia pela vigência do contrato.

## 10 Investimentos

	2025	2024
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:</b>		
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	26.573	25.402
<b>Outros investimentos - avaliados pelo valor justo:</b>		
Outros investimentos	3	3
<b>Total investimentos</b>	<b>26.576</b>	<b>25.405</b>

### Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

A Companhia registrou um ganho de R\$ 1.551 no exercício de 31 de março de 2025 (ganho de R\$ 1.439 em 31 de março de 2024) de equivalência patrimonial de sua coligada. O quadro abaixo apresenta um sumário das demonstrações financeiras em sua coligada:

	2025	2024
<b>Ativos</b>		
Circulante	17.320	14.000
Não circulante	71.159	70.507
<b>Total de ativos</b>	<b>88.479</b>	<b>84.507</b>
<b>Passivos</b>		
Circulante	1.423	1.283
Não circulante	153	152
<b>Total de passivos</b>	<b>1.576</b>	<b>1.435</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>86.903</b>	<b>83.072</b>
Receitas	6.427	5.962
Outras receitas e despesas	(1.353)	(1.254)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>5.074</b>	<b>4.708</b>
% de participação coligada	30,5787%	30,5787%
<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>1.551</b>	<b>1.439</b>

**11 Impostos e contribuições a recolher**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
ICMS	15	23
Parcelamento de impostos - Leis nº 11.941/09	-	12.536
Outros	9	-
<b>Total dos impostos e contribuições a recolher</b>	<b>24</b>	<b>12.559</b>
<b>Circulante</b>	<b>24</b>	<b>12.559</b>

**Impostos parcelados**

A Companhia optou pela adesão ao Refis em 2009, instituído pela Lei nº 11.941/2009, que prevê parcelamento, em até 180 meses, dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e consolidou os débitos em 2011. Houve a adesão também ao parcelamento da Lei 12.966/14. Os saldos parcelados foram liquidados em sua totalidade em outubro de 2024.

Os débitos incluídos no parcelamento pela Companhia abrangem os seguintes tributos: imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, apresentando os seguintes saldos em aberto em:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
PIS e COFINS	910	910
Imposto de renda e Contribuição social	308.175	308.175
	<b>309.085</b>	<b>309.085</b>
Juros	181.048	173.700
Pagamentos	(490.133)	(470.249)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>12.536</b>

**12 Provisão para contingências e depósitos judiciais**

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Tributárias	Depósito Judicial Tributárias	Trabalhistas	Depósito Judicial Trabalhistas	Total de Provisão para Contingências	Total de Depósitos Judiciais
<b>2023</b>	<b>199.166</b>	<b>14.698</b>	<b>2.773</b>	<b>2.650</b>	<b>201.939</b>	<b>17.347</b>
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	5.334	-	55	-	5.389	-
Provisões utilizadas durante o exercício	(3.192)	(3.194)	-	-	(3.192)	(3.194)
<b>2024</b>	<b>201.308</b>	<b>11.504</b>	<b>2.828</b>	<b>2.650</b>	<b>204.135</b>	<b>14.154</b>
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	4.893	-	(36)	10	4.857	10
Provisões utilizadas durante o exercício	(4.401)	(267)	(6)	(6)	(4.406)	(273)
<b>2025</b>	<b>201.800</b>	<b>11.237</b>	<b>2.786</b>	<b>2.654</b>	<b>204.586</b>	<b>13.891</b>

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se às contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia.

Os principais processos tributários provisionados são: IPI Sub Júpice Açúcar Granulado/Amorfo R\$ 89.116; IRPJ (Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70) R\$ 25.544; PIS (Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70) R\$ 17.433; COFINS Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70 R\$ 56.026 e CSLL (Compensação com PIS Decreto 2445 e LC 07/70) R\$ 12.785.

Abaixo o quadro dos processos com o prognóstico de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis não requerem sua contabilização:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Trabalhistas	617	581
Tributários	490.629	551.555
Ambiental/Cível	-	22
<b>Total</b>	<b>491.246</b>	<b>552.158</b>

### 13 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos estão classificados nas seguintes categorias:

- (i) custo amortizado; e
- (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### 13.1 Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A classificação depende da finalidade para a qual os financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

##### Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Valor contábil		Valor justo	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Banco - conta movimento (nota 7)		2.402	70	2.402	70
Aplicações financeiras (nota 7)		849	1.255	849	1.255
Outros créditos (nota 9)		57.321	42.748	57.321	42.748
Dividendos a receber (nota 14)		380	343	380	343
Operações de mútuo (nota 14)		292.695	297.695	292.695	297.695
		<b>353.647</b>	<b>342.111</b>	<b>353.647</b>	<b>342.111</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Investimentos (nota 10)	Nível 2	3	3	3	3
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		-	350	-	350
Operações de mútuo (nota 14)		26.394	26.394	26.394	26.394
Outras contas a pagar		512	123	512	123
		<b>26.906</b>	<b>26.867</b>	<b>26.906</b>	<b>26.867</b>

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

#### 13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados para mitigá-los.

Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como “prioritários” são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada.

### 13.2.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

#### Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Banco - conta movimento (nota 7)	2.402	70
Aplicações financeiras (nota 7)	849	1.255
Outros créditos (nota 9)	57.321	42.748
	<b>60.572</b>	<b>44.073</b>

### 13.2.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

#### Gestão de capital

A política da administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

### 13.2.3 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais para mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

## 14 Partes relacionadas

### Ativo circulante

<b>Outros créditos (a)</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	9	43.834	-

(a) Reembolso de despesas e recebíveis

<b>Dividendos a receber</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	380	343
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Operações de mútuo com partes relacionadas (b)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	292.695	297.695
<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Operações de mútuo com partes relacionadas (b)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	26.394	26.394

**(b) Valores ativos e passivos** - As operações de mútuo são classificadas como ativos e passivos financeiros demonstrados ao custo amortizado. As operações não possuem juros.

A parte controladora final da Companhia é a Cooperativa.

## 15 Patrimônio líquido

### (i) Capital social

O capital social está representado por 334.281.641 em 31 de março de 2025 e 2024 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Representatividade
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	334.281.640	99,9999%
Outros	1	0,0001%
	334.281.641	100,0000%

### (ii) Reserva legal

Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### (iii) Transação com acionista

Referem-se a despesas com processos judiciais incorridos pela Companhia nos últimos anos aos quais serão reembolsadas pela sua Controladora, Cooperativa. O referido reembolso, foi tratado como transação de capital e registrado diretamente no patrimônio líquido.

### (iv) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

**Arrepar Participações S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2025

<b>16</b>	<b>Despesas administrativas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	Despesas com pessoal	(202)	(159)
	Seguro	(1.329)	(8.468)
	Serviços contratados de pessoas jurídicas	(25)	(1.007)
	Outras despesas administrativas	<u>(26)</u>	<u>(102)</u>
	<b>Total</b>	<b><u>(1.582)</u></b>	<b><u>(9.736)</u></b>
<b>17</b>	<b>Outras receitas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	Reversão de provisões passivas	-	3.193
<b>18</b>	<b>Outras despesas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	Despesas bancárias	(13)	(13)
	Provisão contingências e impostos parcelados	(11.303)	(4.703)
	Despesa com outros impostos	(26)	(190)
	Outras	<u>(383)</u>	<u>(8)</u>
	<b>Total</b>	<b><u>(11.725)</u></b>	<b><u>(4.914)</u></b>
<b>19</b>	<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Receitas financeiras</b>		
	Juros sobre cessão de crédito	345	1.764
	Rendimentos com aplicações financeiras	127	442
	Atualização monetária de processos	-	3.648
	Outras receitas financeiras	<u>418</u>	<u>-</u>
	<b>Total das receitas financeiras</b>	<b><u>890</u></b>	<b><u>5.854</u></b>
	<b>Despesas financeiras</b>		
	Comissões e despesas bancárias	(96)	(81)
	Juros sobre impostos parcelados	(2.947)	(2.855)
	Juros sobre contingências tributárias	<u>(1.667)</u>	<u>(1.816)</u>
	<b>Total das despesas financeiras</b>	<b><u>(4.710)</u></b>	<b><u>(4.752)</u></b>
	<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(3.820)</u></b>	<b><u>1.102</u></b>

\*\*\*

Tomás Caetano Manzano  
Diretor Presidente

Julio Alvarez Boada  
Diretor

Lara Nascimento Bacellar  
Diretora

Thiago Fontoura Struminski  
Diretor

**Contadora responsável**

Vanessa Siqueira Samejima  
CRC 1SP 238.292/O-0